

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº de 2014 (do Senhor Glauber Braga)

Requer seja realizada Reunião de Audiência Pública para discussão acerca da temática Audiovisual e Educação.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Ex^a, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública com a participação dos nominados a seguir ou seus representantes legais onde será discutido o tema: Audiovisual e Educação.

- 1- Manoel Rangel, Presidente da Agência Nacional do Cinema.
- 2- Professor-Doutor Rafael dos Santos, da Universidade do estado do Rio de Janeiro e pesquisador da relação entre audiovisual e educação.
- 3- Joel Zito Araújo, cineasta e doutor em Comunicação pela USP (autor de filmes como Filhas do vento, Raça e a Negação do Brasil).
- 4- Otavio Escobar, dono da Produtora Prodigital (produtora de conteúdo audiovisual educativo, entre outras produções)
- 5- Luciano Vidigal, Educador Popular e Cineasta (participou, entre outros, da produção dos filmes 5 Vezes Favela - Agora por Nós Mesmos e 5 Vezes Pacificação)

JUSTIFICAÇÃO

A vida contemporânea é permeada por diversos usos do audiovisual, a ponto de surgir o conceito de "audiovisualidade cotidiana". A imagem assume diversos usos, desde equipamentos de monitoramento e segurança, passando por telões informativos em ambientes públicos (elevadores, aeroportos, nas ruas), até a sua utilização como elemento de disseminação de saberes e valores pela internet, pela televisão, pelo cinema e home video.

O uso difundido da imagem possui um inequívoco impacto na educação, seja pelas visualizações do dia a dia, seja por seu uso orientado nos espaços educativos, a ponto de falar-se em Pedagogia da Comunicação e Alfabetização Midiática. Projetos educacionais comunitários valem-se do fascínio da imagem para a atração de crianças, adolescentes e jovens em oficinas e aulas de educação popular instituições como: Afroreggae, Cooperifa, Nós do Morro, Escola Popular de Cinema de Nova Iguaçu, Cineclube Mate com Angú, Cinestésicos, entre outros.

Com a aprovação da Lei da Televisão de Acesso Condicionado (Lei 12.485/11), os mecanismos de fomento ao audiovisual, e a atuação da Agência Nacional do Cinema, da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, da TV Brasil, entre outros, há uma maior presença do Estado Brasileiro no fomento, incentivo e veiculação do audiovisual, mediante projetos e programas como o "Doc TV", o Fundo Setorial do Audiovisual, Editais Públicos, Acordos de Co-produção Internacional etc.

Uma das primeiras relações do Estado Brasileiro com o audiovisual deu-se ainda na primeira metade do século XX, com o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), que produzia e veiculava filmes como ferramenta pedagógica nas escolas do país.

O escritor Mário de Andrade, quando da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), estimulou o envio de caravanas para o interior do Brasil, com a finalidade de registrar na forma de imagens a cultura popular dos grotões.

O Falecido Senador, Antropólogo e Educador Darcy Ribeiro sempre foi um entusiasta da relação entre o universo das imagens e o processo educacional, a ponto de ter refletido isso na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), do legado que deixou na Fundação que leva o seu nome e na homenagem que recebeu ao se criar a Escola de Cinema Darcy Ribeiro.

Faz-se necessário o debate sobre as múltiplas relações entre o audiovisual e a educação, sobretudo na era da convergência de mídias, o que pode ser inserido dentro do conceito de meio técnico-científico-informacional, desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos.

Pela relevância da matéria, conto com o apoio dos nobres pares para a realização do que ora se requer.

Sala das comissões, em de junho de 2014.

Dep. Glauber Braga
Deputado Federal PSB/RJ